

FRANCISCA CLOTILDE, MARIA FIRMINA DOS REIS E HENRIQUETA GALENO: ESCRITORAS E DOCENTES NORDESTINAS OSTRACIZADAS PELO PATRIARCADO ASFIXIANTE DOS SÉCULOS XIX E XX

FRANCISCA CLOTILDE, MARIA FIRMINA DOS REIS AND HENRIQUETA GALENO: NORTHEASTERN BRAZILIAN WRITERS AND TEACHERS OSTRACIZED BY THE SUFFOCATING PATRIARCHY OF THE 19TH AND 20TH CENTURIES

Yls Rabelo Câmaraⁱ

Resumo: Francisca Clotilde, Maria Firmina dos Reis e Henriqueta Galeno foram intelectuais nordestinas que se dedicaram ao Magistério e à Literatura nos séculos XIX e XX, quando tanto foram recebidas com aplausos entusiasmados como com apupos desconcertantes. Em um momento no qual as mulheres burguesas não trabalhavam fora do lar, elas, espelhando tantas outras iguais a si, foram desbravadoras e receberam, como pagamento por sua ousadia, uma premiação ambígua: reconhecimento de suas grandezas e silenciamento de suas pessoas, com o subsequente apagamento de seus feitos – o *memoricídio* que Constância Lima Duarte tanto ressalta. Neste artigo de abordagem qualitativa, uma pesquisa básica que objetiva explorar o tema para posteriores aprofundamentos, apresentamos estas três mulheres – suas vidas e seus legados – para, a seguir, debater sobre o cenário intelectual da época e dos lugares onde elas atuaram, tendo como amparo teórico para isso, pesquisas como as de Duarte (2018; 2017; 2009; 1997), Mendes (2023) e Sá (2018). Concluímos que estudá-las e trazê-las para mais perto de nós nunca foi tão necessário – especialmente agora, após um período de obscurantismo e retrocesso em nível nacional em todos os âmbitos, quando o trio MULHERES-NORDESTE-CULTURA foi alvo de ferozes ataques misóginos, racistas e memoricidas por quatro insuportáveis anos.

Palavras-chave: Literatura e Feminismo; Intelectuais Nordestinas Silenciadas; Escritoras e Professoras dos Séculos XIX e XX e o Patriarcado; Literatura Feminina do Nordeste.

Abstract: *Francisca Clotilde, Maria Firmina dos Reis and Henriqueta Galeno were Brazilian Northeastern women intellectuals who dedicated themselves to teaching and literature in the 19th and 20th centuries, when they were received with both enthusiastic applause and disconcerting jeers. At a time when bourgeois women did not work outside home, they, mirroring so many others like them, were trailblazers and received, as payment for their boldness, an ambiguous reward: recognition of their greatness and silencing, with the subsequent erasure of their deeds. In this qualitative approach article, the result of a basic research which aims to explore the topic for further in-depth analysis, we present these three women – their lives and their legacies – to then discuss the intellectual scenario of the time and the places where they worked, using the works of important scholars such as Duarte (2018; 2017; 2009; 1997), Mendes (2023) and Sá (2018) as a theoretical support. We conclude that studying them and bringing them closer to us has never been so necessary – especially now, after a period of obscurantism and setback nationally in all areas, when the WOMEN-NORTHEST-CULTURE trio was targeted of fierce misogynistic, racist and memoricidal attacks for four unbearable years.*

Keywords: *Literature and Feminism; Silenced Brazilian Northeastern Female Intellectuals; 18th and 19th Century Female Writers and Teachers and the Patriarchy; Brazilian Northeastern Women's Literature.*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

ⁱ Doutora e Mestre em Filología Inglesa (Letras –Língua Inglesa) pela Universidad de Santiago de Compostela, na Galiza, Espanha, com Estágio Pós-Doutoral em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Idealizadora, Orientadora e Líder do Grupo de Estudos Filhas de Avalon. Professora Visitante na UECE e Pesquisadora da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). *E-mail:* ylscomara@hotmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo que se junta a outros neste dossiê para homenagear grandes literatas nordestinas que o Cânone Literário Brasileiro e a historiografia nacional desprestigiaram e amordaçaram em certo momento de nossa História, temos algumas que foram, além de escritoras, educadoras. Este é o caso de Francisca Clotilde, Maria Firmina dos Reis e Henriqueta Galeno – sobre quem traçamos aqui um breve estudo ao colocá-las em paralelo.

Desta maneira, em primeiro lugar, tecemos algumas linhas sobre suas vidas e obras para ato seguido, pontuar congruências em seus percursos. Esta é uma pesquisa de natureza básica, de abordagem qualitativa e de objetivo exploratório, uma revisão bibliográfica que tem como principais teóricas, para endossar nossas considerações: Constância Lima Duarte, Gildênia Moura e Évila Cristina Vasconcelos de Sá, dentre outras e outros. Destas três, as duas primeiras colaboram conosco neste dossiê por meio de seus Relatos de Experiência na seara dos Estudos Literários e Estudos de Gênero – principalmente tratando de suas trajetórias como pesquisadoras da Literatura Produzida por Mulheres no Nordeste do Brasil. A terceira é por nós homenageada não somente pela alusão constante que fazemos ao seu nome e à sua pesquisa sobre Henriqueta Galeno, mas, em destaque, em uma nota de rodapé que se refere a ela e à sua contribuição acadêmica para com o estudo dessa intelectual, já que, infelizmente, essa estudiosa foi arrebatada de nós sem que o esperássemos – ficando sua pesquisa injustamente inconclusa.

Sendo assim, para uma maior compreensão dos temas aqui trazidos, este trabalho está dividido em duas partes distintas e que dialogam entre si: o marco teórico, que apresenta cada uma delas individualmente, e os resultados e discussão, onde se estabelece o debate que as aproxima e distancia quanto ao mote deste número da Revista LiteralMENTE, qual seja: **as beletristas nordestinas que o Cânone Literário Brasileiro ofuscou.**

1 MARCO TEÓRICO

1.1 Vidas, obras e legados de nossas homenageadas

As três intelectuais aqui analisadas pertenceram ao panorama árido e falocêntrico do Nordeste brasileiro oitocentista e novecentista, que tinha na figura da mulher o “Anjo do Lar” que Gilbert e Gubar (1979) tanto discorreram sobre. Em outras palavras e estendendo mais a questão: nossas antecessoras estavam acorrentadas ao ideal determinista e imposto ao feminino à revelia, por séculos de patriarcado, de servirem à família como filhas obedientes, esposas

fiéis, donas de casa exímias e mães de família abnegadas e, *pari passu*, restringirem-se, por educação e berço, ao ambiente doméstico. O universo público – muito mais naqueles idos do que nos dias que correm – pertencia aos homens. Esta era a lei. Quem a desobedecia, pagava o alto preço pela transgressão – que incluía, dentre outros amordaçamentos: o rechaço, o silenciamento e o conseqüente apagamento sociais.

Nossas três escritoras – Francisca Clotilde, Maria Firmina dos Reis e Henriqueta Galeno – não somente souberam o quão amargo podia ser esse lugar de punição como também abriram espaço, com suas lutas e pioneirismos, para que outras mulheres igualmente empoderadas e transgressoras como elas pudessem seguir seus passos e viver suas histórias, ajudando a mudar paulatinamente esse cenário misógino que ainda persiste, mas sem a mesma toxicidade generalizada e institucionalizada de outrora contra o feminino, apenas disfarçado e sob outros rótulos e capas de verniz de hipocrisia.

As três sabiam que a Educação era o caminho para se começar essa transformação e rompimento de paradigmas estanques e não em vão todas também foram professoras – e não somente: todas foram professoras **COMPLETAMENTE INOVADORAS**.

Na presente seção, tratamos da vida e do patrimônio intelectual de cada uma delas.

1.2 Francisca Clotilde

Segundo Rocha (2018), Francisca Clotilde Barbosa de Lima nasceu no dia 19 de outubro de 1862, na fazenda São Lourenço, em São João do Príncipe (atual município de Tauá, no Ceará), no Sertão dos Inhamuns – região fustigada pelas constantes secas. Seus pais eram João Correia Lima e Ana Maria Castello Branco – filhos de famílias abastadas, “[...] com valores conservadores, patriarcalistas e patrimonialistas” (Almeida, 2012, p. 137). O casal teve mais quatro filhas: Maria Edwirges, Maria José, Maria Conceição e Maria Emília. Francisca Clotilde era a primogênita.

Foi escapando das inclementes estiagens que especialmente assolaram o Nordeste nos três últimos anos da década de 1870 que a família se trasladou para o Maciço de Baturité, região de clima ameno, serrano, onde a família materna de Clotilde exercia influência política; local no qual a menina cursou o primário com a Professora Ursulina Furtado. Em Fortaleza, logo a seguir, Clotilde cursou o ginásio no Colégio da Imaculada Conceição – tradicional escola fortalezense e referência de educação religiosa (católica) no estado do Ceará. Com os horizontes ampliados e influenciada pela vida na capital, a jovem passou a publicar literariamente, mais

precisamente debutando no jornal *O Cearense* no dia 1º de fevereiro de 1877, com o poema “Horas de Delírio” (*ibidem*).

Com os estudos secundários já concluídos, os 18 anos de idade, Chiquinha, como os familiares a chamavam, casou-se, por insistência de seu pai, com Francisco de Assis Barbosa Lima, o “Zeguedegue”, no dia 1º de novembro de 1880, em Baturité. Poucos dias depois, seu pai faleceu e abriu-se uma lacuna em sua vida. Apesar de a família conhecer o pretendente da jovem há muitos anos, esse casamento provou ser um incontornável fracasso desde o início: Francisco era um homem muito diferente do que Francisca Clotilde imaginara ou sonhara, pois era alcoólatra e perdulário.

Decepcionada, ela sonhava com o divórcio, que existia em outros países na época, mas que somente seria legalizado no Brasil a partir de 26 de dezembro de 1977 (com a Lei 6.515 entrando em vigor a partir de 26 de dezembro de 1977). Até então, uma boa cristã, por mais infeliz que fosse com seu marido, jamais poderia ansiar desvincular-se dele. Clotilde tinha uma opinião contrária a essa verdade pétreia.

Zeguedegue, por seu turno, abandonou a esposa e, dando múltiplas provas de insanidade mental, precisou ser enviado ao Asilo de Alienados do Rio de Janeiro, onde permaneceu durante algum tempo e de onde fugiu logo em seguida, tomando rumo ignorado. Sendo assim, ela mudou-se para Fortaleza e como não tivera prole com o esposo, sem a proteção paterna nem marital, resolveu valer-se por si mesma e seguir vivendo como acreditava ser o certo para uma mulher de sua educação: trabalhando como professora – atitude pouco comum em seu meio pequeno burguês. Em 1882, teve início sua profícua participação intelectual na capital do estado, com Chiquinha frequentando um meio hegemonicamente masculino: o das letras.

Naquele momento, o Ceará vivia uma época de prosperidade econômica com a exportação de algodão para os Estados Unidos e para a Europa (arrasados que estavam pelos conflitos bélicos constantes), usufruindo dos benefícios trazidos pela *Belle Époque*: aformoseamento das cidades; melhoria do transporte público com a adição de bondes e trens; e serviços: telegrafia, telefonia, iluminação urbana e água encanada. No campo intelectual, muitos avanços também são registrados, como a inserção das mulheres no mundo da imprensa e sua presença cada vez mais atuante na Literatura – sob a égide ou não do uso de pseudônimos.

Contudo, as seguidas secas, especialmente as de 1877-1879 e de 1915, fizeram com que alguns retrocessos prendessem a província cearense ao atraso e ao desmando político dos “coronéis” – contra quem Francisca Clotilde se posicionou. Essa era uma atitude completamente impensada para uma mulher naqueles idos. Quebrando estereótipos desde sempre, já aprovada em concurso público para ensinar as primeiras letras na Escola Normal em

1882, ela foi a primeira mulher a lecionar na Escola Normal Pedro II, a partir de 31 de maio de 1884, aos 22 anos de idade, e no ano seguinte, foi nomeada Diretora da Escola Anexa (para o sexo feminino).

Anos depois, já bastante integrada ao circuito intelectual efervescente da cidade, participou da Liga Feminina Cearense em 1904 – fundada por outra literata e professora cearense também femenejada neste dossiê: Alba Valdez, que fora sua discente –, apoiando a candidatura oposicionista de Franco Rabelo à Oligarquia dos Accioly, sendo também uma ferrenha abolicionista (Almeida, 2007; Silva, 2016). Vinda de uma família tradicionalmente ligada à política, podemos imaginar o quanto Clotilde incomodou mandatários e mandadas/os ao ousar opor-se a quem se esperava que ela defendesse.

No Liceu do Ceará daquele tempo, como expõe Sá (2018, p. 54), exigia-se que os docentes fossem comprovadamente competentes: “Padres, advogados, médicos, farmacêuticos, tenentes, capitães, maestros [...]”. Não em vão os adjetivos nessa assertiva estão todos no masculino; não havia professoras ali então. Um professor de Aritmética e Geometria de lá e da Escola Normal, sócio do clube literário onde Clotilde se afiliara e também diretor do jornal *O Combate*, onde ela colaborava, o Capitão Antônio Duarte Bezerra, cativou o coração da jovem em 1885. Naqueles idos, o Liceu do Ceará e a Escola Normal situavam-se na então Praça Marquês do Herval, atual Praça José de Alencar, no Centro da cidade de Fortaleza (Almeida, 2012). Naquele momento, lembremos: Zeguedegue já estava desaparecido e, muito provavelmente, morto.

Foi nesse ambiente entre as letras e os embates políticos, com ela vivendo um casamento sem o cônjuge que, de acordo com Rocha (2018) e Almeida (2012), essa paixão prosperou. Era um romance proibido, consabido e ojerizado. Sem ter a certeza de que já era viúva e poderia se casar com seu grande amor ou se ainda era casada e, portanto, adúltera, a apaixonada Clotilde continuou seu romance com o Capitão Duarte sem se deixar abalar pelo cinturão de repúdio que se criou em volta dela e desse amor condenado. Juntos tiveram duas filhas e dois filhos. Das quatro crianças, apenas duas chegaram à vida adulta: Aristóteles e Antonieta Clotilde.

Sua carreira docente não se limitou à Escola Normal, consoante Morais (2021), pois ministrava aulas particulares em sua residência, em Fortaleza, das 16h às 18h, a câmbio de 3.000 réis. Ademais, e tal como faria Maria Firmina dos Reis mais adiante, ela inovou uma vez mais ao fundar uma escola mista em forma de externato (Externato Santa Clotilde) em Fortaleza e depois transferi-la para Baturité e Aracati, municípios cearenses onde viria a morar mais adiante – em um tempo em que meninos e meninas eram educados diferentemente e visando suas atuações sociais mais à frente. A didática que Clotilde empregava em suas aulas, em

consonância com Almeida (2012), era baseada nas teorias e práticas de Pestalozzi, que defendem o amor materno na educação das crianças.

Ainda com relação a assuntos educacionais, ela fez parceria com Justiniano de Serpa, José de Barcelos e Juvenal Galeno – nomes eminentes quanto à Educação e à Literatura no Ceará –, e elaborou material didático, como *Elementos de Aritmética* (1889), com o Capitão Duarte, destinando-o à Ala Feminina da Escola Normal, às alunas do 1º Ano (*ibidem*). Como beletrista, escreveu contos, crônicas, peças de teatro, traduções, críticas literárias e textos propagandísticos (Morais, 2021; Almeida, 2007) sob o pseudônimo de “Jane Davy” ou utilizando seu próprio antropônimo.

Sua escrita, cuidadosa, voltava-se muito para os sonetos, onde pincelava as paisagens bucólicas, a pátria e o amor (Silva, 2016). De mais a mais, Francisca Clotilde ou F. Clotilde, como também assinava, colaborou a vida inteira nestes jornais e revistas: *Cearense*, *A Quinzena*, *O Libertador*, *Gazeta do Norte*, *Contemporânea*, *O Domingo*, *A Evolução*, *O Combate*, *Ceará Ilustrado*, *A República*, *Almanaque do Ceará*, *Almanach dos Municípios do Ceará*, *Ceará Intelectual*, *Revista Escolar*, *A Cidade*, *A Ordem*, *O Lyrio*, *A Família*, *A Violeta*, *A Mensageira*, *O Bathel*, *Paladino*, *Almanack Litterario das Senhoras Alagoanas*, *Revista Fortaleza*, *A Estrella* e *Aracati* (Almeida, 2012).

À luz de Rocha (2018), a partir de 1889, sua vida começou a somar e multiplicar uma sucessão de dores e desgostos, começando com a morte de sua filha Maria nesse mesmo ano, pouco após o nascimento; em 1890, foi demitida da Escola Normal, onde era, além de professora, Diretora da Escola Anexa da instituição, como já mencionado. Em 15 de janeiro de 1891, fundou o Externato Santa Clotilde, a primeira escola particular mista de Fortaleza, como posto acima, implantando-a ao lado da Escola Normal e que durou apenas três anos; em 13 de janeiro de 1893, o Capitão Duarte (o “Capitãozinho”, como ela o chamava) faleceu; um mês depois, sua filha Angélica Maria também morreu. Em 16 de fevereiro de 1894, ela perdeu Arquimedes, o filho mais novo.

Foram tempos extremamente difíceis para ela: havia perdido o grande amor de sua vida, tinha parte de sua descendência morrido recentemente e a outra parte para criar sozinha, sem o apoio da família – que repulsava sua conduta por considerá-la imoral – e sem parentes em Fortaleza que a pudessem apoiar. Para manter o que sobrara de sua família com seu amado Duarte, trabalhava incansavelmente dia e noite: tanto ministrando aulas em seu externato durante o dia, como escrevendo para jornais e revistas a câmbio de dinheiro à noite e de madrugada. Tanta dedicação ao exercício da escrita fez dela a escritora cearense que mais produziu colaborou com a imprensa cearense no século XIX. Mas não somente: seus textos

eram lidos em todo o Brasil e no Além-mar, já que ela colaborava com jornais portugueses também.

Em 1897, após tantos reveses e proscrita socialmente em muitos aspectos, regressou a Baturité levando os filhos Aristóteles e Antonieta Clotilde, de seis e sete anos respectivamente. Ali fundou seu segundo Externato Santa Clotilde e, posteriormente, lançou a revista literária *A Estrella*, em 28 de outubro de 1906, com esta filha – que seria sua grande amiga a vida inteira, filha essa que jamais se casaria nem teria filhos, que foi a fiel companhia de sua mãe, e que na época do lançamento da revista havia completado 16 anos –, e com Carmen Taumaturgo, sua sobrinha (Silva, 2016; Rocha, 2018). *A Estrella* esteve em circulação por 15 anos e teve quase 200 números, sendo de circulação nacional – um feito inédito no Ceará.

Contudo, um detalhe macabro a esperava em Baturité, quando de sua chegada e sem que ela dissesse desconfiasse ou por isso esperasse mais: Zeguedegue havia voltado e ela viu-se obrigada socialmente a reatar seu matrimônio e ainda ter duas filhas com esse marido que a vida, sorradeira, lhe trouxera de volta.

Pouco a pouco, Francisca Clotilde foi se adaptando a todas as transformações e fases pelas quais passou, mas ainda profundamente triste pela morte de seu amado Capitão Duarte nove anos antes, lançou *A Divorciada* (1902), seu único romance, com traços claramente autobiográficos, aos quarenta anos. Apesar do título, forte para a época, Silva (2016) afirma que Clotilde não aborda o assunto sob um viés militante no livro, que é, na verdade, bastante conservador e apresenta uma protagonista que tanto tem de insossa quanto de cristã resignada com seu destino de malcasada. Mas foi o bastante para causar uma imediata e violenta antipatia no público leitor e na crítica literária e atrair para si uma incalculável rejeição.

A bem da verdade, o divórcio somente seria instituído no Brasil no dia 26 de dezembro de 1977, como já brevemente mencionado, no mesmo ano em que a primeira mulher, a cearense Rachel de Queiroz, assumiria uma cadeira como Imortal na Academia Brasileira de Letras (ABL) e nossas feministas da incipiente segunda onda, em terras brasileiras, lutariam contra feminicídios midiáticos erguendo a bandeira de luta “Quem ama não mata”.

Quase cem anos antes, em 1890, de acordo com Gautério (2022), a lei do casamento civil, promulgada no então governo provisório, trouxera esperança e alento para mulheres que estavam na mesma situação vexatória de Clotilde – em uma relação matrimonial insípida. A separação legal entre a Igreja e o Estado, na Constituição de 1891, propiciou um ambiente mais receptivo à disseminação da ideia do divórcio, contra a qual a Igreja se opunha ferozmente. Para muitas dessas mulheres, a “separação de corpos”, o “divórcio” de então, não era suficiente;

lutavam pelo “divórcio pleno”, pela emancipação feminina, que somente seguiu passos mais seguros a partir de 1977, com a imposição e a força da Lei.

Infelizmente, por mais que Francisca Clotilde tenha tido argumentos para defender sua obra e o conteúdo nela presente, a sociedade cearense daquele momento não aceitava as ideias emancipatórias de uma mulher com sua verve combativa, que transitava livremente em meios majoritariamente masculinos e ousara abraçar uma relação adúltera e nela gerar quatro bebês naturais. Valendo-se da premissa de que as/os professoras/es eram as/os paladinas/os das boas condutas, nossa fomenageada foi perseguida e execrada, como o podemos imaginar:

A vida dos professores era, pelos critérios de ingresso e permanência no magistério, tomada por uma política de controle, dirigida pelos inspetores, diretores e famílias dos alunos. As fronteiras entre a dimensão pública e privada, a dizer, sua função como mestre e sua vida particular misturavam-se, confundindo-se, de modo que não podiam fugir ou exigir que sua postura fora da sala de aula não viesse a custar sua cadeira. Sob essa perspectiva, a ideia de que os alunos se guiavam e orientavam pelo modelo de conduta externados pelos mestres, reforçava a fiscalização sobre suas vidas por parte de toda a comunidade (Morais, 2021, p. 162).

Mesmo sofrendo retaliação e apesar de conviver em um ambiente masculinizado, Francisca Clotilde jamais se permitiu ser masculinizada para que se fizesse respeitada – mesmo passando pelo ostracismo que a vitimou (Almeida, 2007). Como se não fossem suficientes todos esses e outros dissabores, tantos silenciamentos e apagamentos à revelia, por infortúnio, como nos explica Rocha (2018), em 1924, uma inundação do Rio Jaguaribe, no município de Aracati, onde ela viveu seus últimos 27 anos, trouxe toda a sua produção jornalística, pedagógica e literária que se encontrava em um dos locais onde as águas entraram.

Por outro lado, ela, que era tratada como Dona Chiquinha Clotilde por seu alunado, foi reconhecida como uma grande educadora e colaboradora jornalística ainda em vida e seu externato, como uma das melhores instituições de ensino da Região Jaguaribana – a vida e seus lenitivos contra as dores que ela mesma causa.

Clotilde faleceu em Aracati, aos 78 anos, no dia 8 de dezembro de 1935 – exatamente um ano antes do suicídio de outra beletista silenciada: a sonetista lusitana Florbela Espanca.

1.3 Maria Firmina dos Reis

Das três fomenageadas neste artigo, Maria Firmina dos Reis é a única de quem não temos uma única fotografia – apenas descrições físicas suas feitas por terceiros. Morena, de porte ativo e feições sérias, ela foi um marco na História das Mulheres do Brasil como pioneira

na Educação e na Literatura, distinta de suas congêneres por sua ousadia e destemor, mas igual a muitas delas pelo amordaçamento que lhe foi imposto por ousar demais e temer de menos.

No Maranhão de seu tempo, “[...] ainda na primeira metade do século XIX, a população era composta, em metade, por cativos, e a outra metade constituída por homens e mulheres livres e pobres, mestiços, indígenas e migrantes cearenses que fugiam da seca” (Silva, 2013, p. 5). O Maranhão era tão desenvolvido naquele momento que somente estava atrás da Corte, de Salvador e de Recife (Cavalcante, 2023). Em termos de intelectualidade, era tão rico que ganhou o epíteto de “Atenas Brasileira”. Gonçalves Dias, Humberto de Campos e Sousândrade são alguns dos nomes mais importantes das letras maranhenses de então. Conformando essa plêiade literária, tínhamos muitos outros homens – na maioria, brancos e abastados –, e, como podemos imaginar, pouquíssimas mulheres – mas sempre brancas e abastadas.

Para contrariar essa que parecia ser uma regra inquebrantável, nasceu Maria Firmina dos Reis em São Luís, na Freguesia de Nossa Senhora da Victória, em 11 de março de 1822. Aquele foi um ano politicamente imprescindível para o Brasil, dando início ao seu longo processo de descolonização. Para Cavalcante (*ibidem*), ela era filha de Leonor Filippa dos Reis, uma ex-escravizada, e João Pedro Esteves. Após uma vida de vanguardismos e de silenciamentos e apagamentos por esses vanguardismos, Firmina faleceu aos 95 anos de idade, em 1917 – outro ano significativo na esfera política, mas dessa vez, em termos mundiais: a Revolução Russa, que influenciaria a geopolítica, as relações de poder e a cultura não somente de russos e de povos do Oriente, mas do mundo ocidental também.

Firmina não tinha credenciais nem estudo como seus colegas de pena devido à sua origem pobre, miscigenada e bastarda. Sem jamais conhecer o pai, ficaram ela e a irmã mais nova (Amália Augusta dos Reis) órfãs de mãe em tenra idade, tendo sido ambas criadas em Guimarães, também no Maranhão, junto à família materna: à avó (Engrácia dos Reis), à tia (Henriqueta Romana dos Reis) e a uma prima (Balduina Amália dos Reis), na casa dessas últimas. Nesse ambiente matricêntrico, Firmina recebeu incentivo e despertou seu empoderamento, conseguindo galgar os primeiros degraus de sua longa jornada de conquistas inimagináveis graças a um parente (seu primo materno, Francisco Sotero dos Reis) que era muito respeitado por ser um intelectual conceituado no lugar (*ibidem*).

Autodidata, ela aprendeu francês sozinha; lia e escrevia fluentemente nessa língua (Mendes, 2006). Tornou-se professora das primeiras letras em 1847 – e mais do que isso: foi a primeira mulher – e mulher preta – a passar em um concurso público no Maranhão (Paixão, 2022), recebendo o título de “Professora Régia” e utilizando-se de sua casa como casa-escola, como era comum naquele momento – especialmente no meio rural, com as escolas isoladas,

onde salas multisseriadas eram comandadas por professoras leigas rurais – e antes da criação dos grupos escolares. Sem jamais deixar o Maranhão, Firmina não se casou nem teve filhos. Dedicou sua vida a educar as crianças de seu entorno e foi a primeira professora na província a instituir uma escola mista, pública e de qualidade, no povoado de Maçaricó (Câmara, 2020).

Isso aconteceu em 1880, um ano antes de ela se aposentar. As aulas eram ministradas em um barracão possivelmente emprestado, para onde Firmina e as crianças se dirigiam em um carro de boi (Cavalcante, 2023). Ali atuou na docência por dois anos e meio, para as/os filhas/os das/os fazendeiras/os e das/os lavradores, cobrando mensalidade apenas de quem podia lhe pagar. Como podemos realizar, essa estrutura de escola encontrou forte resistência social por juntar, em um mesmo ambiente, meninas e meninos. Isso não impediu, entretanto, que Firmina continuasse sendo extremamente respeitada e muito benquista na comunidade, amadrinhando muitas daquelas crianças a quem ensinou.

Como professora prestigiosa e tendo um parente influente até certo ponto, não encontrou barreiras para escrever literariamente nem publicar em jornais e revistas maranhenses e nacionais. Sua escrita era melancólica, com alguns traços suicidas, bem aos moldes dos gostos literários da época. Foi, além de romancista, uma habilidosa poetisa, folclorista, contista, cronista, compositora musical e também escreveu charadas, enigmas e o Hino de Libertação dos Escravos (Câmara, 2020; Cavalcante, 2023).

Concebeu sua obra-prima, o romance *Úrsula*, em 1857, e o publicou em 1859, a expensas próprias e em apenas 100 exemplares, pela Typografia Progresso, quando completou dez anos de Magistério (Paixão, 2022). *Úrsula* fez dela, consoante Castanheira (2011) e Câmara (2020), a primeira mulher – e mulher preta, reiteramos – a ter um romance publicado no país e a primeira mulher da América Latina e da Língua Portuguesa a escrever um romance mostrando o universo do escravagismo africano a partir do ponto de vista e do lugar de fala das/os escravizadas/os, expondo a sangrenta face do que se praticava contra povo preto de maneira normatizada e institucionalizada – legalizada, em resumo.

Sendo assim, de modo completamente inédito, Firmina desmistificou a África e seus povos pertencentes a 54 países distintos uns dos outros – com línguas, culturas, tradições e religiões próprias –, que na trama são os verdadeiros protagonistas, contando suas histórias com propriedade e aproximando o olhar do público leitor para os verdadeiros sofrimentos das/os escravizadas/os, cujas dores poetas como o condoreiro Castro Alves não conseguiam plasmar em versos – porque eram apenas pensados em termos de forma, mas não de conteúdo. Com uma temeridade inimaginável, Firmina, abolicionista, ainda foi mais longe: religiosa, mas extremamente racional, utilizou-se de passagens bíblicas para explicar quão desumana era a

escravidão – o que fez dela a primeira romancista abolicionista do Brasil – preta ou não (Cavalcante, 2023).

Todavia e infelizmente, por mais brilhante que tenha chegado a ser, ela jamais foi acolhida pela elite literária que congregava em torno dela e da qual supostamente fazia parte, mas que provou ser esse um equívoco de sua parte, já que suas obras nunca lhe renderam, em vida, reconhecimento em nível nacional nem compensação financeira. Pouco a pouco, Firmina foi sendo menos convidada a participar de escritas para a imprensa e para as tertúlias, seu nome foi sendo menos citado e – nove anos depois da publicação de *Úrsula*, já não se tinha quase nenhuma referência a ela, que caiu no mais visceral ostracismo, como assegura Câmara (2020).

Maria Firmina dos Reis morreu quase centenária em situação de penúria extrema; cega e quase surda, em seus últimos dias, morou “de favor” na casa de uma de suas inúmeras comadres, Mariazinha, sendo cuidada por ela, já que possivelmente não tinha mais familiares. Foi um fim injustamente triste para uma mulher que fora tão grande, que sempre dedicou sua vida à Educação e à Literatura, reconhecida como uma excelente professora, mas que foi ofuscada porque ousara desafiar o Cânone Literário Brasileiro e o Sistema, defendendo seus irmãos de cor e de dor.

Ainda à luz de Câmara (*ibidem*), após sua morte, por sua obra haver sido concebida pelas mãos de uma escritora periférica, preta, pobre e com letramento limitado, quase caiu no esquecimento absoluto. Foi salva dele em 1962, quando o historiador Horácio de Almeida descobriu um exemplar de *Úrsula* perdido em meio a uma encomenda que havia feito a um sebo do Rio de Janeiro, e resolveu averiguar quem fora a autora daquele romance oitocentista desprezioso e identificada apenas como “Uma Maranhense”.

A historiografia literária havia cimentado seu nome no olvido até então, mas a História encarregou-se de desconstruir essa cristalização e hoje Maria Firmina dos Reis é uma das escritoras mais estudadas da Literatura Brasileira e um dos símbolos mais referenciais de resistência, luta e representação de seu povo.

1.4 Henriqueta Galeno

Filha do ilustre Juvenal Galeno da Costa e Silva e de Maria do Carmo Cabral Galeno (Dona Mariquinhas), Henriqueta Galeno nasceu em 23 de fevereiro de 1887, em uma quarta-

feira de cinzas, na casa¹ sita à Rua General Sampaio, nº 272, no Centro de Fortaleza (SÁ², 2018). Não somente nasceu como cresceu, viveu, morreu e foi velada nessa casa neoclássica emblemática, ora de cor verde bandeira, com detalhes em branco.

Merecendo um parágrafo à parte por sua incalculável importância, essa edificação foi construída por Juvenal Galeno em 1886 e transformada em centro cultural por suas filhas Henriqueta e Júlia em 1919. Simboliza a riqueza cultural desse nosso folclorista cearense, bibliotecário público de profissão e cuja biblioteca particular excedia os 18.000 livros. Esse recinto culto e sofisticado – com mobiliário, itens de uso da família, obras de arte, estátuas, a herma de Juvenal Galeno, piano de cauda e a vasta biblioteca supracitada – de dez ambientes amplos, possui auditórios, salões e sala de espelhos onde saraus, bailes familiares e tertúlias literárias aconteciam amiúde.

Henriqueta teve como irmãs, Júlia e Maria do Carmo; como irmãos, José Maria, Antônio, José e João; como uns de seus primos, Capistrano de Abreu – primeiro historiador cearense –, e o inimitável Rodolfo Teófilo. Apesar de vir ao mundo em um tempo ainda extremamente acachapante para as mulheres, ela teve a sorte de haver tido uma criação muito humana, respeitadora e incentivadora. Juvenal, como o homem instruído e sensível que era, infundiu em sua prole, desde cedo, o amor pelo conhecimento.

Diferentemente de suas conterrâneas e contemporâneas, Henriqueta não tinha dotes domésticos nem inclinação para as manualidades de costura e bordado; preferia os livros. Teve preceptores, como cabia a uma senhorita de seu berço, e estudou em dois dos melhores colégios de Fortaleza, de acordo com Sá (*ibidem*): o Colégio da Imaculada Conceição e o Liceu do Ceará.

Graduou-se em Direito em 1919, aos 32 anos de idade – quando esse curso era hegemonicamente dominado por homens, tendo sido ela a primeira mulher a cursar a Faculdade de Direito no Ceará. Por ocasião da festa de sua formatura, foi convidada pelo então Presidente do Estado, Dr. João Tomé, a assumir o cargo de promotora pública, mas seu pai não permitiu que ela o aceitasse porque julgava o cargo demasiadamente masculinizado para ela. Henriqueta, que sempre fora tratada por ele com amor e extremo carinho e sempre retribuía tanta entrega em igual medida, chocou-se com essa proibição, mas, como o obedecia sem hesitar, fez-lhe a vontade e frustrou-se amargamente por isso pelo resto da vida (Souza, 2014). Nesse mesmo

¹ Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/03/casa-de-juvenal-galeno/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

² SÁ (2018) é a referência, neste artigo, à dissertação de **ÉVILA CRISTINA VASCONCELOS DE SÁ**, historiadora e pedagoga, uma investigadora incansável e uma professora vocacionada. Compromissada com a verdade e com a justiça, foi brutalmente assassinada na noite do dia 3 de setembro de 2021, aos 33 anos, na entrada de sua residência. Com a perda de sua vida, perdeu-se também uma das estudiosas mais dedicadas à história, obra e fortuna crítica da intelectual cearense Henriqueta Galeno na atualidade... Com a perda de sua vida, perdemos todas, perdemos todos... **ÉVILA CRISTINA VASCONCELOS DE SÁ – PRESENTE, AGORA E SEMPRE!!!**

ano, fundou, na casa familiar, o Salão Juvenal Galeno, como supra posto. Todas as suas irmãs se casaram, menos ela, que jamais sequer namorou (Sá, 2018).

Abraçando outra profissão, como professora, compôs o quadro efetivo de docentes do Liceu do Ceará, lecionando a disciplina de História do Brasil de 1922 a 1929 (*ibidem*; Sá; Lopes, 2018), ensinando também na Escola Normal de Fortaleza a disciplina de Literatura por determinado tempo, como substituta de Tomás Acioly (Sá, 2018). Paralelamente a isso, trabalhou por três décadas como Inspectora Federal do Ensino Secundário, tendo sob sua escolta vários colégios secundaristas fortalezenses. Todos esses cargos de confiança a colocavam em um lugar de desconforto porque ela ocupava vagas que até então eram preponderantemente masculinas. Ao mesmo tempo, era também a secretária particular de seu pai, que nos últimos anos de sua quase centenária vida, ficara cego devido ao glaucoma e necessitava de amparo nas atividades cotidianas e de alguém que o ajudasse com os textos que seguia escrevendo, fazendo-o por meio dessa filha que ficara solteira muito provavelmente para servir-lhe de apoio.

Sá (*ibidem*) conjectura, em sua dissertação³, que Henriqueta ficou subordinada ao pai de maneira não muito salubre, uma vez que ele a subjugou e asfixiou em alguns momentos cruciais. Seu impedimento para que ela não assumisse o cargo de promotora pública para o qual fora convidada foi uma mágoa que ela guardou, ainda que não a quisesse sentir nem a aninhasse. Mas isso, sim, é verdade: ela poderia ter sido muito maior do que o que chegou a ser se seu pai não tivesse sido tão castrador no alvorecer de sua carreira como advogada, que não foi desenvolvida devido a esse dissabor. Ainda de acordo com Sá (*ibidem*), quando Juvenal Galeno providenciou-lhe estudos e proteção foi no intuito de ela ser uma difusora da cultura, mas sob o viés cristão; não imaginando que ela iria se munir desses conhecimentos para disseminar ideias feministas (e antifamiliares) em ações questionadoras e que eram malvistas socialmente.

Com seu pai já falecido e poupando-lhe do desgosto de se rebelar contra ele devido a suas ideias subversivas para a época, Henriqueta entregou-se completamente à causa feminista, à qual já vinha bordeando desde o II Congresso Internacional Feminista, ocorrido em 1931 e do qual participou, no Rio de Janeiro, presidido por Bertha Lutz. Ambas as feministas defendiam direitos iguais para mulheres e homens, especialmente no que concernia à Educação e ao mercado de trabalho. Em termos literários, Henriqueta pertenceu a várias agremiações: à Academia Cearense de Letras, à Associação Cearense de Imprensa e à Comissão Cearense de

³ SÁ, E. C. V. de. *Educadora Henriqueta Galeno: Biografia de uma Literata e Feminista (1887-1964)*. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2018.

Folclore; foi correspondente da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul e da Confraternité e Universaile Balzaciene, em Montevideú (*ibidem*).

Além disso, ainda consoante Sá (*ibidem*), ela passou a conquistar outras instâncias sociais que seriam impossíveis de serem alcançadas quando de seu pai vivo. Em 1936, fundou a Falange Feminina, proporcionando um ambiente de catarse em forma de escrita para as mulheres, cuja adesão da membresia deu-se de maneira gradual, e em 8 de novembro de 1942, a renomeou como “Ala Feminina”, efetivada como Departamento da Casa de Juvenal Galeno. Foi lá que Henriqueta juntou beletistas cearenses, de outros estados e também de outros países – como o Uruguai (Souza, 2014).

Nossa fomenageada escreveu tanto em prosa quanto em verso; ficou famosa por sua autobiografia e foi a segunda mulher a ocupar uma cadeira na Academia Cearense de Letras, a de número 23, antes ocupada por seu pai. A primeira fora Alba Valdez⁴, também fomenageada neste dossiê. Escreveu duas obras aplaudidas por público e crítica: *No Congresso Feminino, na Academia Carioca de Letras, no Centro Cearense* (1932) – onde relata seus posicionamentos quanto ao feminismo –, e *Mulheres Admiráveis* (1965) – publicada um ano após sua morte, à guisa de interpretação de sua autobiografia e das biografias de autoras. Antes de falecer, em 10 de setembro de 1964, aos 77 anos, teve o privilégio de ver realizados alguns de seus sonhos, além do estabelecimento da Ala Feminina na antiga casa de seu pai: a seção domingueira d’*O Jornal do Lar*, do espaço literário no *Jornal O Estado* e na *Revista Jangada* (*ibidem*).

Mesmo iniciando sua militância após três décadas de o feminismo haver-se iniciado no Ceará, ela sentiu o rechaço contra si em vários momentos de sua vida de negações por um lado e de possíveis facilitações pelo berço que tivera por outro, que faziam dela uma mulher respeitada – mesmo sem cônjuge nem descendência. A condição de mulher solteira e sem filhos, que nunca namorou e que se dedicou apenas à cultura, fez dela uma figura ao mesmo tempo que respeitada, tratada também com dó e desconfiança.

Afora sua importância como educadora e escritora feminista, Henriqueta Galeno é considerada como um bastião e uma paraninfa da cultura cearense. Tal como seu pai, foi uma entusiasta e uma incansável incentivadora de novos talentos, amadrinhando uma infinidade de artistas – especialmente, as/os da palavra.

Apresentadas as três intelectuais, passemos às linhas de suas vidas que se cruzam.

⁴ Alba Valdez, igualmente beletrista e docente da Escola Normal, iniciou formalmente o feminismo no Ceará em 1904, quando inaugurou e presidiu a Liga Feminista Cearense, a primeira agremiação literária feminina do estado (SÁ, 2018).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constância Lima Duarte (2018), no ensaio “Escritoras Nordestinas do Século XIX: Resgate e História”, em paralelo ao que expõe em seu Relato de Experiência neste dossiê, nos apresenta o que Virginia Woolf já expunha em 1929, em seu ensaio “Um Teto Todo Seu”: para que tenhamos mais produções literárias femininas é preciso que suas autoras sejam minimamente instruídas e independentes, uma vez que a exclusão cultural associa-se diretamente à submissão e à dependência financeira masculinas e ambas as condições implicam em uma não entrega autêntica ao fazer literário.

Quando o escreveu, em 1929 – fruto que foi das palestras por ela proferidas nas universidades de Newham e Girton, em 1928 –, Woolf sabia muito bem do contexto que o seu ensaio trata porque na Inglaterra de seu tempo, a Revolução Industrial estava, literalmente, “a todo vapor”, e as mulheres como ela, que podiam estar se dedicando a escrever literariamente, eram totalmente analfabetas ou semianalfabetas e estavam consumindo suas vidas entre máquinas industriais fagocitantes e jornadas de trabalhos extenuantes, mas sem os mesmos direitos trabalhistas de seus pares masculinos – ainda que fossem mínimos para esses também.

Sem embargo, até hoje, ser instruída e independente financeiramente não são fatores que separados ou unidos credibilizem, como deveriam, as mulheres a escreverem literariamente e terem seus esforços recompensados ao serem aceitas como literatas valorosas; se elas são pretas, pior todavia. Um exemplo dessa negligência é o caso de Conceição Evaristo, que apesar de seu legado literário e consabida militância pela conquista de direitos das escritoras pretas, ainda não faz parte da ABL. Em uma palavra, tudo: o cânone e a historiografia literários, compostos majoritariamente por homens brancos e privilegiados, e sob sua perspectiva, sempre obnubilaram a figura da mulher que escreve literariamente no cenário cultural nacional por uma questão primordialmente: o sexismo.

O Nordeste – e, neste trabalho especificamente, o Ceará e o Maranhão – do início dos oitocentos até a metade dos novecentos, foi palco do descaso político e de lamentáveis práticas misóginas com estofamento cristão e, portanto, legitimadas por uma política sistemática de silenciamento e apagamento do elemento feminino. Aqui, e no Norte, muito mais do que nas outras regiões do país, conforme Santos (2022), a imposição machista aos desmandos do “sexo forte” se fazia – e ainda se faz – imperante em diversos contextos de subalternização da mulher. Uma forma de transgressão que nossas antecessoras tiveram para expor suas demandas e talentos foi a escrita literária e sua participação nos ambientes extramuros do lar, com viés político bastante demarcado.

De acordo com Mendes (2023), durante todo o período colonial e até bem entrado o século XIX, o Ceará e o Maranhão, seguindo preceitos da época, foram duas províncias onde predominaram o mito da maternidade – como em todo o país – e a certeza de que o casamento era um ritual de passagem cristão necessário, santificado pela missão sacerdotal das mulheres de legar descendência a seus esposos. Paralelamente a isso, Duarte (2018) aponta que existia uma fervilhante plêiade de mulheres produtoras de conteúdo literário que frequentava os saraus, as tertúlias, os grêmios literários e a imprensa e que sim, escrevia – e muito. O fato é que suas escritas não eram consideradas, o mais das vezes, como de qualidade ou que pudessem trilhar os mesmos caminhos que trilhava a literatura de autoria masculina. E aqui imbricam-se muitas questões: das religiosas às raciais, com as androcêntricas em seu bojo.

Em concordância com Almeida (2007), nos dez anos finais do Império, com as ideias liberais, abolicionistas e republicanas cada vez mais efervescentes no meio político e cada vez mais respaldadas por nomes ilustres, as mulheres que transitavam por esse *locus* onde se produzia Literatura eram igualmente atingidas pela onda crescente de simpatia para com os novos rumos que se descortinavam por trás de séculos de patriarcado e dominação. Com a ascensão da imprensa, multiplicaram-se os jornais de todos os tipos: de entretenimento, neutros, críticos, literários e científicos – muitos dos quais, com vida efêmera.

A “Nova Mulher”, que surgia na Europa com o *boom* da mecanização massiva e trazida pela industrialização, ganhava cada vez mais espaço como a ideal entre as nossas antepassadas. A participação feminina em greves e movimentos sociais crescia ao passo que também cresciam as insurreições contra a velha forma de governar (Souza, 2014). Neste cenário em transformações constantes e crescentes, o romance, antes um gênero textual menos considerado, passou a ocupar um sólido lugar de relevância, sendo tido como “[...] um produto cultural de grande poder de socialização, ajudando a definir papéis, regras sociais e condutas morais e éticas, especialmente para a mulher” (Castanheira, 2011, p. 29).

Antes de definirem seus espaços como próceres, nossas três escritoras e educadoras tiveram que redefinir seus espaços como sujeitos de direito, lutando contra ditames impostos por estereótipos engessados que empobreciam os papéis sociais femininos e mitificavam as falsas verdades expressas em discursos falocêntricos e excludentes. Era preciso matar o “Anjo do Lar” que as prendiam a uma idealização estanque e ultrapassada – além de injusta – da figura feminina que não lhes correspondia em absoluto.

Após a vinda da Família Real Portuguesa para a sua maior colônia, o Brasil, em 1808, hábitos e costumes coloniais herméticos começaram a mudar. Cada vez mais pessoas eram alfabetizadas e se interessavam por espetáculos e pela leitura de romances e poemas – muitos

dos quais chegaram até nós em forma de folhetins (Mendes, 2023). De acordo com Perrot (2007), a burguesia em ascensão, que impulsionava essas transformações, foi fundamental para o estabelecimento das bases das conquistas nas lutas das mulheres por Educação e, conseqüentemente, emancipação.

O acesso ao espaço público seria mais facilitado e a emergência de escritoras seria inquestionavelmente maior se a Educação formal também contemplasse as mulheres (Duarte; Paiva, 2009). Foi por meio do Magistério – profissão feminilizada entre os séculos XVIII e XX – que muitas delas chegaram até os jornais, revistas, saraus e tertúlias literárias, consagrando-se como literatas sob pseudônimos ou utilizando-se de seus próprios nomes e arcando com o ônus que isso acarretava.

Fazemos aqui um adendo para explicar que o hábito de se promover reuniões domésticas à guisa de saraus foi uma tendência do II Reinado, especialmente porque o monarca era uma pessoa culta, que falava oito idiomas (tupi-guarani, alemão, italiano, português, francês, espanhol, hebraico e latim) e lia em outros quatro (árabe, sânscrito, provençal e sânscrito) e que, rigorosamente, escrevia pelo menos um soneto por dia. Esse costume, à luz do que se praticava em Paris (*ibidem*), adentrou no século XX como “salão literário” e foi imprescindível para a lenta aceitação das mulheres no meio intelectual do país – ainda mais porque era comum que as anfitriãs participassem desses momentos arriscando a declamação de alguns poemas, tocando piano e realizando outras atividades relacionadas às artes.

A lei⁵ de instrução pública, de 15 de outubro de 1827, garantia a maior inserção do elemento feminino nas escolas, especialmente nas cidades mais populosas, mas sempre restritas ao ensino básico: ler, escrever e fazer contas aritméticas. Almejava-se, por este meio e sem ferir a moral cristã, educar meninas e moças para um bom casamento, para a gerência da casa, para a excelência em seus papéis como esposas, donas de casa, mães e anfitriãs. Se não se casassem, com esses ensinamentos, poderiam ser professoras ou freiras (Cavalcante, 2023).

Por outro lado, Mendes (2023) defende que havia uma preocupação especial com as formações de níveis médio e superior para atender às necessidades administrativas do governo – mas as mulheres não eram cogitadas para essa egrégora. Contudo, com a Independência do Brasil em 1822, as mudanças passaram a ser mais rápidas e eficazes no campo educacional. Foi somente a partir de então que as mulheres foram incluídas nos planos da nova nação, que queria superar a ideia de atraso e abraçar novas oportunidades de crescimento.

⁵ BRASIL. *Decreto S/N de 15 de outubro de 1827*. Dispõe sobre a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. CL do Império do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm. Acesso em: 4 nov. 2023.

Mas havia ainda alguns percalços que precisavam ser ultrapassados. Segundo Duarte (2018), o Censo Demográfico de 1872, o primeiro a ser realizado no Brasil, aponta que 81,43% das pessoas livres eram analfabetas; somente 19,85% dos homens e 11,5% das mulheres sabiam ler e escrever; entre as/os escravizadas/os, menos de 1% lia funcionalmente e as/os 99% restantes eram completamente “cegas/os das letras”. Em outras palavras: para um país que queria se diferenciar, com a República batendo-lhe à porta, estávamos muito, mas muito aquém do esperado. Era necessária uma mudança radical nesses parâmetros. Os liberais insistiam na Educação como o caminho a seguir.

Além das poucas escolas que havia e da pouca procura por elas, menos ainda havia quando se tratava de meninas, que ainda tinham que ser educadas apenas por docentes femininas – era a chamada “coeducação”. Em 1879, o governo abriu instituições de ensino superior de Medicina e Direito para as mulheres, tal como em diversos países, sobretudo europeus. Em 1880, o Colégio Pedro II, tradicional colégio da Corte, passou a aceitar meninas entre seus discentes, mas não tinha mais do que quinze delas, que poucos anos depois, foram transferidas para escolas “femininas” e, depois, readmitidas (*ibidem*). Como a maior parte das mulheres não tinha acesso às salas de aula, as vagas para professoras eram tramitadas via concurso público, que aprovavam mais homens do que mulheres. Gerava-se, assim, um ciclo vicioso no qual as mulheres não tinham espaço físico suficiente para ensinar, e as alunas, contando com poucas professoras, tinham menos oportunidades de estudar (Mendes, 2023).

Para piorar, existia no Sistema a falsa crença de que a mulher que trabalhasse fora de casa poderia arruinar a criação de suas/seus filhas/os, que ficariam a cargo de outras pessoas enquanto as mães estivessem em seu labor externo; sem contar com as aprendentes que, em contato com outros saberes, seriam desestimuladas a contrair núpcias e gerar filhas/os por estarem entregues ao afã de competir com os homens no e pelo espaço público (*ibidem*). Para tentar diminuir esse prejuízo na imagem, o Magistério absorveu para si a simbologia da professora carinhosa e maternal, buscando uma legitimação liberal dessa carreira com base na “inclinação natural das mulheres para cuidar de outrem”. A feminização do Magistério foi um fenômeno que embotou verdadeiras vocações e trouxe incalculáveis prejuízos.

De maneira geral, pode-se afirmar que a profissionalização das mulheres foi incentivada pelo processo de industrialização, pela abolição da escravatura e pelo trabalho assalariado. A partir do século XIX, houve também uma gradual permissão para que mais e mais mulheres estudassem nas Escolas Normais, consolidando a supra posta feminização do Magistério – um processo polêmico, ambíguo e com retrocessos perniciosos (*ibidem*). Não obstante, esse espaço laboral abriu-se para outros que as mulheres foram conquistando com lutas e conflitos – como,

por exemplo, a gestão das escolas, que seguiam sendo praticadas por homens, tidos como líderes natos; as professoras apenas desempenhavam funções docentes a princípio; as mulheres na gestão escolar eram vistas apenas no ensino particular e nas escolas isoladas. Como expõe Mendes (*ibidem*, p. 57),

Durante o século XIX, as mulheres das camadas menos abastadas da sociedade, possuíam uma mobilidade maior do que as mulheres das classes mais altas. Aqui, fala-se de mobilidade no sentido de deslocamento físico nos espaços sociais, como ruas, praças, feiras. Isso ocorria, pois essas mulheres contribuía com o sustento de suas famílias, sendo algumas mães solteiras, outras concubinas, algumas prostitutas, negras libertas, e mesmo as mulheres casadas ou amasiadas, que dividiam as responsabilidades financeiras com seus companheiros. Podiam trabalhar como engomadeiras, costureiras, lavadeiras, doceiras, sobrevivendo do comércio ambulante. Tinham uma certa liberdade para ir e vir pela necessidade de buscar sua subsistência, o que era quase impensável para as mulheres das classes mais altas. Por outro lado, durante o mesmo período, as mulheres também exerceram participação em jornais, escreveram livros, inclusive didáticos [...].

Mas esses câmbios não atingiram o país de maneira uniforme e concomitante. À luz de Duarte (2009), quando as mulheres começaram a ser letradas, sua propensão natural foi se entregar aos exercícios da leitura e da escrita. Sua posição privilegiada lhes assegurou um espaço onde se podia debater sobre a condição subalterna das mulheres no universo do beltrismo, levando-as à reflexão engajada e à militância por igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. A imprensa, em termos gerais, configura-se como o primeiro instrumento por meio do qual deu-se a inserção de mulheres no campo literário. Jornais, revistas e almanaques femininos foram, por assim dizer, os veículos através dos quais a cristalização da escrita de mulheres no século XIX e início do século XX efetivou-se (Duarte, 2017).

Mas existia a constante dicotomia: dever-se-ia escrever reiterando a “fragilidade feminina” ou enaltecendo as conquistas femininas e feministas dos últimos tempos? O Estado, a Igreja e a família faziam um contraponto com o progresso das vitórias das mulheres em muitas de suas demandas e questões. Por isso também, conforme Duarte (1997), temos tantos jornais que foram criados por padres, médicos e jornalistas que tentavam mostrar que as mulheres deveriam seguir suas “virtudes naturais” de mães, donas de casa e esposas.

Apesar disso, a partir de 1870, houve uma acelerada multiplicação de órgãos feministas que minimizaram o isolamento e serviram de rede de apoio para que outras mulheres pudessem exercer o ofício de escritoras. Contrariamente a nós, naquele exato momento, consoante Castanheira (2011), a Literatura de Autoria Feminina já repercutia fortemente na Europa e nos Estados Unidos. Por aqui, como as mulheres eram extremamente subestimadas, acreditava-se que o que pudessem vir a escrever não teria valor literário algum (Castanheira, 2010).

Lastimavelmente, essa ideia prevaleceu até muito recentemente. Por bastante tempo ainda, aquelas que, tais como Francisca Clotilde, Maria Firmina dos Reis e Henriqueta Galeno, além de serem educadas formalmente – ainda que por pouco tempo –, incursionassem pelo mundo das letras e desenvolvessem atividades laborais fora do recinto do lar, eram tidas como transgressoras por transitarem no espaço público – hegemonicamente dominado pelo elemento masculino (Cavalcante, 2023). Por isso os pseudônimos eram tão usados pelas escritoras: para esconder a verdadeira autoria de muitas das obras literárias publicadas até bem entrado o século passado (Duarte, 1997), pois as críticas eram ferinas e tentavam, constantemente, desanimar as intelectuais e fazê-las ver que o circuito fora do lar não era o seu lugar.

E não somente: era comum testemunharmos, nos prólogos de seus livros, as autoras alertando suas leitoras e leitores para suas obras de “valia duvidosa”, se comparadas às escritas por homens. Um exemplo disso é *Úrsula*, onde Maria Firmina dos Reis assina sua autoria como “Uma Maranhense” e assim se reporta na introdução: “Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. [...] Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher [...] sem o trato e conversação dos homens ilustrados” (Reis, 1988, p. 19). Sobre esse prólogo, temos, neste dossiê, um ensaio concebido a quatro mãos por Sarah Diva da Silva Ipiranga e André Araújo do Nascimento; convidamos a/o leitora/or, neste ensejo, a apreciá-lo.

Não em vão, como explica Duarte (1997), não tínhamos críticas literárias realizadas por mulheres até meados do século XX – tamanho era o pouco caso que se dava à intelectualidade feminina. Se nos detivermos a procurar bem, haveremos de encontrar a escrita de mulheres daqueles idos cimentadas em romances, poemas, peças teatrais, traduções, cartas, diários, contos e crônicas – mas não em críticas literárias. Se as mulheres publicavam, mas não podiam criticar literariamente os trabalhos de suas colegas de profissão e de seus pares masculinos, quem o fazia eram os homens e segundo sua perspectiva apenas. Ou seja: era o patriarcado de sempre, de mãos dadas com o antifeminismo. O resultado não poderia ser diferente do que foi: críticas limitantes prendiam as autoras em estereótipos e rótulos, não permitindo que as que os sobrepujassem gozassem de boa fama.

Francisca Clotilde, Maria Firmina dos Reis e Henriqueta Galeno eram três entre uma multidão crescente de outras como elas que, instruídas e financeiramente independentes, dedicavam-se ao fazer literário em revistas, jornais, folhetins, livros, coleções, coletâneas e outros meios, dedicando-se tanto à literatura feminina (pensada para mulheres e, muitas vezes, conservadora) quanto à literatura feminista (dirigida ao público feminino, mas com um mote militante de luta pelos direitos das mulheres e, portanto, progressista). Mas para Castanheira (2011), as mulheres escritoras eram, de forma indiscutível, tratadas com descrédito e,

amiudadamente, com indisfarçada depreciação por parte de seus colegas de pena e pelos críticos literários – mas não somente por seus pares masculinos: por suas congêneres também, que não se atreviam a ser como elas, embora o quisessem – o que é bastante mais sério e triste.

No entanto, com o lento passar do tempo, escritores foram cedendo espaço para escritoras, que passaram a representar suas questões em suas escritas, discorrendo sobre demandas inerentes ao universo feminino, tais como: Educação feminina, direito ao voto, direito ao trabalho e direito ao divórcio. Para Constância Lima Duarte (1997), na virada do século XIX para o século XX, as mulheres casadas ainda não podiam dispor do próprio dinheiro e nem opinar na criação dos filhos. Mover qualquer ação legal contra o marido ou insurgir-se contra ele de alguma forma eram atos impensáveis. Entretanto, algumas intrépidas enfrentaram a Lei – desafiando-a, e à Igreja, à sociedade e aos costumes que se praticavam como desejáveis – e imprimiram seus nomes na História, embora a historiografia literária tenha se esforçado, de maneira obstinada, para apagá-los sistematicamente.

Afortunadamente, não conseguiu! Ei-las mais presentes em reedições de suas obras e estudos acadêmicos acerca de suas fortunas críticas do que quando entre nós estavam – e este dossiê é uma das provas desse movimento de resgate em ação!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Francisca Clotilde, Maria Firmina dos Reis e Henriqueta Galeno são claros exemplos de vítimas do que Constância Lima Duarte chama de “memoricídio”: mulheres grandes demais para o seu tempo e que pagaram um preço muito alto por sua lealdade a si mesmas e ao que acreditavam ser a verdade e o Bem.

Francisca Clotilde, ademais de já haver sido duramente rechaçada quando ministrou aulas na Escola Normal e fundara uma escola mista que teve sede em três municípios cearenses, nos quais viveu em distintos momentos de sua vida, o foi ainda mais quando escandalizou a sociedade da época ao se envolver com um colega professor, militar e literato estando ela ainda casada – e gerando duas filhas e dois filhos com ele, sem se incomodar com a opinião alheia e ainda lançando um romance (seu único), *A Divorciada* (1902), nove anos após a morte desse seu grande amor proscrito.

Maria Firmina dos Reis sofreu retaliação quando juntou crianças pobres de ambos os sexos em sua escola mista vanguardista e quando estarreceu suas/seus contemporâneas/os ao “ousar” frequentar o ambiente público e intelectual para o qual não estava preparada – acreditava-se. Seu pioneirismo em muitas esferas feriu os brios de quem se achava superior

àquela mulher preta, pobre, filha de uma ex-escravizada alforriada, criada sem pai e apenas por mulheres, sem marido nem descendentes, parcamente instruída, que “se atrevera” a ser a primeira funcionária pública educacional de sua província aprovada em concurso público e que tivera o “descaro” de colocar o povo escravizado como protagonista de um romance abolicionista, adiantando-se três décadas nessa questão polêmica e que resultaria na Abolição.

As atitudes adotadas por Henriqueta Galeno como intelectual em ascensão desagradaram a sociedade cearense, especialmente as pessoas mais ligadas à tradição das famílias oligárquicas, que a comparavam com seu pai – enaltecendo-o e desmerecendo-a, principalmente porque, diferentemente de suas irmãs, Henriqueta inclinara-se pelo feminismo e pelas letras e não por crianças nascidas de seu ventre sequencialmente, ano após ano, nem por bordados elaborados em bastidores.

A maneira particular com a qual as três se comportaram socialmente, trazendo para o proscênio o protagonismo feminino e desmistificando o casamento e a maternidade, acarretou-lhes igualmente uma pesada carga de críticas. Entretanto, essas dores coletivas foram experimentadas por uma infinidade de outras escritoras nacionais que tiveram que enfrentar o descrédito, o acoso, as injúrias e o ódio alheios contra o seu vanguardismo.

O *memoricídio* que essas e tantas outras intelectuais pretéritas e atuais têm sofrido em nosso país é a marca indelével do machismo, mas não chega a ser suficientemente acaçapante a ponto de apagá-las eternamente, cabendo a nós, sempre que possível, trazê-las à luz, como o fazemos neste artigo que ora finda e neste dossiê que evidencia escritoras nordestinas que o Cânone Literário Brasileiro e a historiografia nacional deliberadamente amordaçaram e condenaram às brumas do esquecimento.

Mas as brumas se dissipam, por voláteis que são, e mostram-nos tesouros escondidos e preciosidades como a vida e o legado dessas três escritoras precursoras, femininas e feministas em seu cerne, além de educadoras comprometidas com a Educação democrática e que incluía a figura feminina – mulheres essas que aqui, neste dossiê, analisamos à guisa de femenagem pela **ETERNA GRATIDÃO** que temos para com elas, que foram injustiçadas em seus tempos e contextos e ora têm seus nomes, histórias e conquistas ressignificados à luz de novos tempos!!!

“Tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes!”.

(Provérbio mexicano)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. de A. *Mulheres Beletristas e Educadoras: Francisca Clotilde na Sociedade Cearense – de 1862 a 1935*. 2021. 356 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira), Faculdade de Educação – FAGED, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

ALMEIDA, L. A. de. Francisca Clotilde: uma escrita pelo Ceará. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, Associação Nacional de História – ANPUH, 2007, p. 1-9.

ALMEIDA, L. A. de. Gênero e Trajetória Biográfica: a História da Ousada e Esquecida Francisca Clotilde (1862-1935). *Anais do XII Encontro Regional de História – ANPUH*, Rio de Janeiro, 2006, p. 1-10.

BRANDOLT, M. R. *Entre o Fim do Século XIX e o Início do Século XX: A Luta pelo Divórcio e as Escritoras Brasileiras*. 2017 293 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Curso de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

CÂMARA, Yls Rabelo. Aula 6 – Maria Firmina dos Reis – *YouTube* (Filhas de Avalon – o Feminino em Pauta), 02:31:48, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QYI7fOmSsOs&list=PLXxkjHl4ts0MQvJSP1mGW5SeEQLU32wEz&index=7>. Acesso em: 2 jan. 2024.

Casa de Juvenal Carvalho. *SECULT-CE*. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/03/casa-de-juvenal-galeno/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CASTANHEIRA, C. S. Escritoras Brasileiras: Momentos-Chave de uma Trajetória. In: *Diadorim – Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, vol. 9, jul., 2011, p. 25-36. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3917>. Acesso em: 29 dez. 2023.

CASTANHEIRA, C. S. Escritoras Brasileiras: Percursos e Percalços de uma Árdua Trajetória, In: *Cadernos da FaEL*, vol. 3, n. 8, maio-ago., 2010, p. 1-12. Disponível em: <https://unig.br/wp-content/uploads/ESCRITORAS-BRASILEIRAS-PERCURSOS-E-PERCALCOS-DE-UMA-ARDUA-TRAJETORIA.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CAVALCANTE, M. do C. L. de O. A trajetória da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917). In: *Temporalidades – Revista de História*, Edição 38, vol. 14, n. 2, set-jan., 2023, p. 103-123. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/37145/34925>. Acesso em: 19 nov. 2023.

DUARTE, C. L. Escritoras Nordestinas do Século XIX: Resgate e História. In: *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, jan.-jun., 2018, p. 177-184. Disponível em: [file:///D:/USUARIO/Downloads/28871-Texto%20do%20Artigo-102285-1-10-20181217%20\(5\).pdf](file:///D:/USUARIO/Downloads/28871-Texto%20do%20Artigo-102285-1-10-20181217%20(5).pdf). Acesso em: 29 dez. 2023.

DUARTE, C. L. Imprensa feminina e feminista no Brasil nos primórdios da emancipação. In: *Revista XIX – Artes e técnicas em transformação*, vol. 1, n. 4, 2017, p. 96-105. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21741>. Acesso em: 13 set. 2023.

DUARTE, C. L.; PAIVA, K. B. A mulher de letras: nos rastros de uma história. In: *Ipotesi – Revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, vol. 13, n. 2, jul.-dez., 2009, p. 11-19. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19180>. Acesso em: 19 nov. 2023.

DUARTE, C. L. O Cânone Literário e a Autoria Feminina. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, pp. 85-94.

GAUTÉRIO, R. C. H. Divórcio: Andradina de Oliveira e a voz transgressora na virada do século XIX-XX. In: *Herança – Revista de História, Patrimônio e Cultura*, vol. 5, n. 1, 2022, p. 56-67. Disponível em: <https://revistaheranca.com/index.php/heranca/article/view/475/391>. Acesso em: 1 jan. 2024.

GOTLIB, N. B. Esboço de uma Autobiografia Intelectual: Mulheres, Literatura, Biografia, Fotobiografia. In: *Cerrados – Revista de Pós-Graduação em Literatura, Dossiê Palavra e Poder: representações na literatura de autoria feminina*, vol. 20, n. 31, 2011, p. 1-28. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/26031>. Acesso em: 1 jan. 2023.

MENDES, A. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. 2006. 282f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MENDES, M. R. T. *Condições Históricas e Sociais das Apropriações de Maria Firmina dos Reis e sua “Obra” (1973-2022)*. 2023. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Sociologia e Antropologia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2023.

MORAIS, C. da S. Uma Mulher Inserida em Seu Tempo: Os Escritos de Francisca Clotilde na Revista A Quinzena. In: *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.*, Salvador, vol. 30, n. 63, 2021, p. 151-165. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432021000300151. Acesso em: 20 dez. 2023.

PAIXÃO, V. da. Maria Firmina dos Reis: Um Rosto Apagado pela História. In: *Revista Direito e Feminismos*, vol. 1, n. 2, dez., 2022, p. 1-3. Disponível em: <https://revista.ibadfem.com.br/revista/article/view/33>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PERROT, M. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, M. F. dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

ROCHA, Marijara Oliveira da. A permanência dos estereótipos femininos em A divorciada, de Francisca Clotilde. In: SILVA, Fernanda Maria Diniz da; SILVA, Marilde Alves da;

SILVA, Fernângela Diniz da; SOUSA, Alexandre Vidal de (Orgs.). *Ceará em prosa e verso*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018, pp. 289-304.

SÁ, E. C. V. de. *Educadora Henriqueta Galeno: Biografia de uma Literata e Feminista (1887-1964)*. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2018.

SÁ, E. C. V. de.; LOPES, T. M. R. A Relevância da Pesquisa Biográfica na História da Educação: o caso da atuação da intelectual e feminista Henriqueta Galeno. *Anais do XI Encontro Regional de História Oral*, Fortaleza, 2017, p. 1-14.

SANTOS, A. F. dos. Uma voz feminina dissonante no Maranhão do século XIX: o discurso antiescravagista de Maria Firmina dos Reis. In: *Literatura e Autoritarismo: A persistência da censura*, Santa Maria, n. 40. jul.-dez., 2022, p. 83-92. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/68891>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, R. A. da. Francisca Clotilde: Entre a Permanência e a Ruptura. In: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 13, n. 1, jan.-jun., 2016, p. 1-17. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/700>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, R. A. da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 2013. 177f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SOUZA, I. S. de. Henriqueta Galeno e a Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno: uma luta pela conquista do direito social das mulheres. In: *Themis – Revista da Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará*, vol. 12, 2014, p. 185-209. Disponível em: <https://www.sumarios.org/artigo/henriqueta-galeno-e-ala-feminina-da-casa-de-juvenal-galeno-uma-luta-pela-conquista-do-direito>. Acesso em: 20 dez. 2023.